



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**LEI N.º 1.611/2015.**

**SÚMULA:** Estabelece Procedimentos para concessão de Parcelamento Especial de Débitos Fiscais Ajuizados em tramite na Comarca de Juína-MT, dispensa de juros e multas nas condições que indica nos termos da Lei Municipal nº. 1.046/2008, em seu artigo 62 e parágrafos, alterados pela Lei Municipal nº. 1.224/2011, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT**, Estado de Mato Grosso, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Nas ações de execução fiscal em curso, **ajuizadas, já anteriormente parceladas ou não**, relativas **ao exercício de 2014, e anteriores**, cuja causa refira-se à cobrança de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas por infração de qualquer natureza, poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizar, mediante termo de parceria constante no **ANEXO II**, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças e à Assessoria Jurídica do Município, cada uma em sua competência de atuação, a fazer a transação com o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, visando à solução da pendência judicial, com o objetivo da conseqüente extinção do crédito tributário.

**Art. 2.º** Para viabilizar as negociações autorizadas pelo art. 1.º desta Lei poderá ainda o Chefe do Poder Executivo autorizar, nos termos do **ANEXO II**, à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

Secretaria de Administração e Finanças, nos casos de pagamento espontâneo de débitos fiscais **que já são objetos de execução fiscal, ou de seu parcelamento**, a dispensar a multa e os juros de mora devidos, previstos para estes casos nos dispositivos do Código Tributário do Município de Juína-MT, observando os parâmetros seguintes:

§ 1º Dispensa dos valores relativos a **100% (cem por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **23/11/2015** até o dia de **21/12/2015**.

§ 2º Dispensa dos valores relativos a **50% (cinquenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **23/11/2015** até o dia de **21/12/2015**.

§ 3º Dispensa dos valores relativos a **90% (noventa por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **22/12/2015** até o dia de **22/01/2016**.

§ 4º Dispensa dos valores relativos a **45% (quarenta e cinquenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **22/12/2015** até o dia de **22/01/2016**.

§ 5º Dispensa dos valores relativos a **80% (oitenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **25/01/2016** até o dia de **26/02/2016**.

§ 6º Dispensa dos valores relativos a **40% (quarenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **25/01/2016** até o dia de **26/02/2016**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**Art. 3.º** O valor de cada parcela, a que aludem os incisos do art. 2.º desta Lei, não poderá ser inferior a **1/3 (um terço)** Unidade Fiscal Municipal – **UFM**.

**Art. 4.º** No pedido de parcelamento, o Contribuinte/executado autorizará o Fisco a emitir boletos de cobrança ou Documento de Arrecadação Municipal – **DAM** para o pagamento do respectivo débito, com o valor dos honorários advocatícios incluídos, nos termos da Legislação vigente.

**Parágrafo único** O parcelamento concedido na forma prevista nesta Lei, deverá ser revogado, retornando o débito fiscal ao **status quo ante**, com as devidas multas e juros, deduzidos os valores eventualmente pagos, quando se verificar o vencimento e não pagamento de **3 (três)** parcelas consecutivas.

**Art. 5.º** No Parcelamento a que alude a presente Lei, bem como por acordo judicial, o contribuinte reconhecerá e confessará formalmente o débito, comprometendo-se ao pagamento das custas processuais, taxas judiciárias e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito a ser pago ou parcelado, indicando o número de parcelas desejadas.

**Art. 6.º** Nos Parcelamentos por acordo judicial deverá ser recolhido o *quantum* de 10% (dez pontos percentuais) a título de honorários de advogado a incidir sobre o valor total acertado.

**Art. 7.º** O valor dos Honorários Advocatícios deverá ser depositado em conta bancária específica e posteriormente repassado ao atual advogado do município, mediante recibo, descontado os tributos federais e demais.

**Art. 8.** O valor dos honorários advocatícios poderá ser pago à vista, no ato do acordo, ou dividido pelo numero de parcela do acordo judicial, observado o disposto no artigo 7º.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**Art. 9.º** A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias pagas, a qualquer título.

**Art. 10.** O Anexo do Impacto Orçamentário e Financeiro exigido pelo art. 14, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, segue no **ANEXO I** da presente Lei, que dessa passa a fazer parte integrante.

**Art. 11.** As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

**Parágrafo Único.** Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), entre eles, o Plano Plurianual - **PPA**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO** e a Lei Orçamentária Anual - **LOA**.

**Art. 12.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

**Art. 13.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína/MT, 19 de novembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**

Prefeito Municipal

Travessa Emmanuel, nº 605, Centro, Juína-MT  
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 - Cx. Postal 01 - CEP - 78.320-000 -  
Fone: (66) 3566-8300



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

**ANEXO I**

**LEI N.º 1.611/2015.**

**DEMONSTRATIVO DE IMPACTO FINANCEIRO E ORCAMENTARIO PARA**  
**JUSTIFICAR O REFIS**

1) A estimativa da Receita elaborada de acordo com o art. 12 da LRF e encaminhada a este Poder na data própria evidencia os seguintes valores para os exercícios de 2015, 2016 e 2017:

| <b>ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA</b> | <b>PROPOSTA LOA 2015</b> | <b>ANO 2016</b> | <b>ANO 2017</b> |
|---------------------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|
| DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA         | 630.000,00               | 812.000,00      | 885.080,00      |
| MULTA E JUROS DE MORA           | 96.000,00                | 438.750,00      | 448.237,50      |

2) O valor da Multa e dos Juros da Dívida Ativa em 31.12.2014, aplicável sobre o montante da Dívida Ativa Tributária, se pagos integralmente importam nos seguintes valores:

| <b>ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA</b> | <b>SALDO EM 31.12.2014</b> |
|--------------------------------|----------------------------|
| VALOR ORIGINAL                 | 5.089.166,37               |
| CORREÇÃO                       | 2.124.874,25               |
| <b>VALOR CORRIGIDO</b>         | <b>7.214.040,62</b>        |
| MULTA E JUROS                  | 2.155.925,95               |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>9.369.966,57</b>        |

3) Observa-se que o total da multa e dos juros é de R\$ 2.155.925,95. Portanto na estimativa da receita de multa e juros da dívida ativa não se cogitou do recebimento total desta receita. A lei orçamentária para 2015 consignou apenas R\$ 96.000,00, com base na arrecadação efetiva e não a arrecadação potencial. Para os dois exercícios seguintes, mantem-se previsão inflacionária, e estimada conforme se demonstra:

| <b>VALOR DA MULTA E DOS JUROS EM 31.12.2014</b> |            |
|---|------------|
| PROPOSTA LOA 2015                               | 96.000,00  |
| ANO DE 2015                                     | 438.750,00 |
| ANO DE 2016                                     | 448.237,50 |

4) O projeto de lei contém como requisitos para a concessão da anistia, que o contribuinte esteja em regular com suas obrigações vincendas. Este dispositivo evita que ele deixe de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER EXECUTIVO**

pagar suas obrigações vincendas. Assim, não haverá impacto negativo na receita. O acréscimo na arrecadação do principal corrigido da dívida ativa superará, com certeza, em muito a perda do valor estimado da receita de multa e juros.

| CÓDIGO     | NOMENCLATURA  | EXERCÍCIO DE 2014 |                          | RECEITA ESTIMADA LDO |            |            |
|------------|---|-------------------|--------------------------|----------------------|------------|------------|
|            |   | ORÇADO 2014       | Arrecadado<br>31/12/2014 | 2015                 | 2016       | 2017       |
| 1913.00.00 | Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos  | 172.026,00        | 462.261,61               | 96.000,00            | 438.750,00 | 448.237,50 |
| 1913.11.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 83.026,00         | 298.844,30               | 60.000,00            | 315.000,00 | 363.350,00 |
| 1913.13.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS               | 11.000,00         | 39.717,46                | 15.000,00            | 41.750,00  | 45.507,50  |
| 1913.98.00 | Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.                                     | 58.000,00         | 102.502,43               | 15.000,00            | 60.000,00  | 16.650,00  |
| 1913.99.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos   | 20.000,00         | 21.197,42                | 6.000,00             | 22.000,00  | 22.730,00  |

Juína-MT., 19 de novembro de 2015.

  
**Hermes Lourenço Bergamim**  
Prefeito Municipal

**Nataniel Tomasini**  
Contador CRC/MT 011911/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER EXECUTIVO

**ANEXO II**  
**LEI N.º 1.611/2015.**

**REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DÉBITO FISCAL - RPDF**

À Secretaria Municipal de Finanças e Administração

Nº. DO RPDF: \_\_\_\_\_

DATA : \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor

|                       |  |
|-----------------------|--|
| NOME DO CONTRIBUINTE: |  |
| ENDEREÇO :            |  |
| CPF/CNPJ :            |  |

Pelo presente, pessoalmente ou por seu responsável legal, **REQUER** com base art. 62, da Lei Municipal n.º 1.046/2008 (CTM), E DA Lei Complementar n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ a concessão de parcelamento para o pagamento da totalidade dos seus débitos fiscais pendentes junto a Municipalidade, em \_\_\_\_ parcelas de R\$\_\_\_\_\_, ou à vista.

O(A) requerente, está ciente de que o deferimento do pedido fica condicionado as disposições do Regulamento do Procedimento Regular de concessão de Parcelamento de Débito Fiscal, declarando ainda, estar ciente de que o indeferimento do pedido, uma vez não preenchidas as condições da Lei n.º. \_\_\_\_\_, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança ou da execução judicial da dívida, se existentes.

Juína-MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

NOME DO CONTRIBUINTE  
CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL LEGAL

**DATA DE RESCISÃO:** 24/11/2015, Guarantã do Norte/MT, 24 de novembro de 2015. Sandra Martins –Prefeita Municipal

### Aviso de suspensão do Pregão Presencial nº 047/2015

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, através da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças comunica a todas as empresas interessadas, que o Pregão Presencial nº 047/2015 não será realizado na data do dia 25/11/2015, ficando SUSPENSO, pelo motivo de que o edital sofreu impugnação onde foi acolhido o mesmo da empresa impetrante e também pelo motivo de estarmos sem sistema ficando assim impossibilitados de prosseguirmos o certame na data marcada.

Em breve teremos uma nova data de abertura onde estaremos divulgando nos meios de comunicação.

Guarantã do Norte/MT, 24 de Novembro de 2015.

**Renata Borges Eckhardt de Oliveira**  
Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

#### ATO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

##### Resumo de Termos de Convenios firmados no mês 10/2015

| Número do Termo            | Data     | Número do Convênio | Contratante              | Contratado                                  | Cláusula Alterada | Prazo      | VL. do Aditivo R\$ |
|----------------------------|----------|--------------------|--------------------------|---|-------------------|------------|--------------------|
| Termo de convenio 011/2015 | 07.10.15 | 011/2015           | Prefeitura M. Guiratinga | Instituto Santa Terezinha Pastoral do Menor | 3ª – Do Prazo     | 31.12.2015 | 1.000,00           |

Guiratinga/MT, 03 de novembro de 2015.

**HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART**  
Prefeito Municipal

#### LICITAÇÃO

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2015

O município de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial n.º 053/2015, que teve por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONserto DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COM FORNECIMENTO E reposição DE PEÇAS EM 06 (SEIS) GABINETES ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.**

O objeto da licitação foi homologado em favor da seguinte pessoa jurídica:

**VALTER SHIGUEO YAMAZAKI-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.091.381/0001-40, com valor total de **R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).**

Guiratinga/MT, 24 de novembro de 2015.

**MARCUS VINÍCIUS SILVA DIAS**  
Pregoeiro  
Portaria n.º 119/2015

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

#### ATO

LEI N.º 1.611/2015.

**SÚMULA:** Estabelece Procedimentos para concessão de Parcelamento Especial de Débitos Fiscais Ajuizados em tramite na Comarca de Juína-MT, dispensa de juros e

multas nas condições que indica nos termos da Lei Municipal nº. 1.046/2008, em seu artigo 62 e parágrafos, alterados pela Lei Municipal nº. 1.224/2011, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT**, Estado de Mato Grosso, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Nas ações de execução fiscal em curso, **ajuizadas, já anteriormente parceladas ou não**, relativas ao exercício de 2014, e anteriores, cuja causa refira-se à cobrança de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas por infração de qualquer natureza, poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizar, mediante termo de parceria constante no **ANEXO II**, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças e à Assessoria Jurídica do Município, cada uma em sua competência de atuação, a fazer a transação com o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, visando à solução da pendência judicial, com o objetivo da consequente extinção do crédito tributário.

**Art. 2.º** Para viabilizar as negociações autorizadas pelo art. 1.º desta Lei poderá ainda o Chefe do Poder Executivo autorizar, nos termos do **ANEXO II**, à Secretaria de Administração e Finanças, nos casos de pagamento espontâneo de débitos fiscais **que já são objetos de execução fiscal, ou de seu parcelamento**, a dispensar a multa e os juros de mora devidos, previstos para estes casos nos dispositivos do Código Tributário do Município de Juína-MT, observando os parâmetros seguintes:

**§ 1º** Dispensa dos valores relativos a **100% (cem por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **23/11/2015** até o dia de **21/12/2015**.

**§ 2º** Dispensa dos valores relativos a **50% (cinquenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **23/11/2015** até o dia de **21/12/2015**.

**§ 3º** Dispensa dos valores relativos a **90% (noventa por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **22/12/2015** até o dia de **22/01/2016**.

**§ 4º** Dispensa dos valores relativos a **45% (quarenta e cinquenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **22/12/2015** até o dia de **22/01/2016**.

**§ 5º** Dispensa dos valores relativos a **80% (oitenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em parcela única à vista, a partir do dia **25/01/2016** até o dia de **26/02/2016**.

**§ 6º** Dispensa dos valores relativos a **40% (quarenta por cento)** do total da multa e dos juros se o pagamento da execução fiscal for efetuado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas a partir do dia **25/01/2016** até o dia de **26/02/2016**.

**Art. 3.º** O valor de cada parcela, a que aludem os incisos do art. 2.º desta Lei, não poderá ser inferior a **1/3 (um terço)** Unidade Fiscal Municipal – UFM.

**Art. 4.º** No pedido de parcelamento, o Contribuinte/executado autorizará o Fisco a emitir boletos de cobrança ou Documento de Arrecadação Municipal – DAM para o pagamento do respectivo débito, com o valor dos honorários advocatícios incluídos, nos termos da Legislação vigente.

**Parágrafo único** O parcelamento concedido na forma prevista nesta Lei, deverá ser revogado, retornando o débito fiscal ao **status quo ante**, com as devidas multas e juros, deduzidos os valores eventualmente pagos, quando se verificar o vencimento e não pagamento de **3 (três)** parcelas consecutivas.

**Art. 5.º** No Parcelamento a que alude a presente Lei, bem como por acordo judicial, o contribuinte reconhecerá e confessará formalmente o débito, comprometendo-se ao pagamento das custas processuais, taxas judiciais e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito a ser pago ou parcelado, indicando o número de parcelas desejadas.

**Art. 6.º** Nos Parcelamentos por acordo judicial deverá ser recolhido o quantum de 10% (dez pontos percentuais) a título de honorários de advogado a incidir sobre o valor total acertado.

**Art. 7.º** O valor dos Honorários Advocatícios deverá ser depositado em conta bancária específica e posteriormente repassado ao atual advogado do município, mediante recibo, descontado os tributos federais e demais.

**Art. 8.º** O valor dos honorários advocatícios poderá ser pago à vista, no ato do acordo, ou dividido pelo número de parcela do acordo judicial, observado o disposto no artigo 7º.

**Art. 9.º** A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias pagas, a qualquer título.

**Art. 10.º** O Anexo do Impacto Orçamentário e Financeiro exigido pelo art. 14, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, segue no **ANEXO I** da presente Lei, que dessa passa a fazer parte integrante.

**Art. 11.º** As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado a suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Parágrafo Único.** Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

**Art. 12.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

**Art. 13.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína/MT, 19 de novembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
LEI N.º 1.611/2015.

### DEMONSTRATIVO DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTARIO PARA JUSTIFICAR O REFS

1) A estimativa da Receita elaborada de acordo com o art. 12 da LRF e encaminhada a este Poder na data própria evidencia os seguintes valores para os exercícios de 2015, 2016 e 2017:

| ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA | PROPOSTA LOA 2015 | ANO 2016   | ANO 2017   |
|--------------------------|-------------------|------------|------------|
| DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA  | 630.000,00        | 812.000,00 | 885.080,00 |
| MULTA E JUROS DE MORA    | 96.000,00         | 438.750,00 | 448.237,50 |

2) O valor da Multa e dos Juros da Dívida Ativa em 31.12.2014, aplicável sobre o montante da Dívida Ativa Tributária, se pagos integralmente importam nos seguintes valores:

| ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA | SALDO EM 31.12.2014 |
|-------------------------|---------------------|
| VALOR ORIGINAL          | 5.089.166,37        |
| CORREÇÃO                | 2.124.874,25        |
| <b>VALOR CORRIGIDO</b>  | <b>7.214.040,62</b> |
| MULTA E JUROS           | 2.155.925,95        |
| <b>TOTAL</b>            | <b>9.369.966,57</b> |

3) Observa-se que o total da multa e dos juros é de R\$ 2.155.925,95. Portanto na estimativa da receita de multa e juros da dívida ativa não se cogitou do recebimento total desta receita. A lei orçamentária para 2015 consignou apenas R\$ 96.000,00, com base na arrecadação efetiva e não a arrecadação potencial. Para os dois exercícios seguintes, mantem-se previsão inflacionária, e estimada conforme se demonstra:

| VALOR DA MULTA E DOS JUROS EM 31.12.2014 |            |
|--|------------|
| PROPOSTA LOA 2015                        | 96.000,00  |
| ANO DE 2015                              | 438.750,00 |
| ANO DE 2016                              | 448.237,50 |

4) O projeto de lei contém como requisitos para a concessão da anistia, que o contribuinte esteja em regular com suas obrigações vincendas. Este dispositivo evita que ele deixe de pagar suas obrigações vincendas. Assim, não haverá impacto negativo na receita. O acréscimo na arrecadação do principal corrigido da dívida ativa superará, com certeza, em muito a perda do valor estimado da receita de multa e juros.

### EXERCÍCIO DE 2014 Receita Estimada LDO

| CÓDIGO     | NOMENCLATURA  | ORÇADO 2014 | ARRECADADO 31/12/2014 | 2015      | 2016       | 2017       |
|------------|---|-------------|-----------------------|-----------|------------|------------|
| 1913.00.00 | Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos  | 172.026,00  | 462.261,61            | 96.000,00 | 438.750,00 | 448.237,50 |
| 1913.11.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 83.026,00   | 298.844,30            | 60.000,00 | 315.000,00 | 363.350,00 |
| 1913.13.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS               | 11.000,00   | 39.717,46             | 15.000,00 | 41.750,00  | 45.507,50  |
| 1913.98.00 | Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria                                      | 58.000,00   | 102.502,43            | 15.000,00 | 60.000,00  | 16.650,00  |
| 1913.99.00 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos   | 20.000,00   | 21.197,42             | 6.000,00  | 22.000,00  | 22.730,00  |

Juína-MT., 19 de novembro de 2015.

**Hermes Lourenço Bergamim**  
Nataníel Tomasini  
Prefeito Municipal Contador CRC/MT 011911/O-4

**ANEXO II**  
LEI N.º 1.611/2015.  
REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DÉBITO FISCAL - RPDF

À Secretaria Municipal de Finanças e Administração

Nº. DO RPDF: \_\_\_\_\_  
DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor

NOME DO CONTRIBUINTE: \_\_\_\_\_ DO \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Pelo presente, pessoalmente ou por seu responsável legal, REQUER com base art. 62, da Lei Municipal n.º 1.046/2008 (CTM), E DA Lei Complementar n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ a concessão de parcelamento para o pagamento da totalidade dos seus débitos fiscais pendentes junto a Municipalidade, em \_\_\_\_ parcelas de R\$\_\_\_\_, ou à vista.

O(A) requerente, está ciente de que o deferimento do pedido fica condicionado as disposições do Regulamento do Procedimento Regular de concessão de Parcelamento de Débito Fiscal, declarando ainda, estar ciente de que o indeferimento do pedido, uma vez não preenchidas as condições da Lei n.º \_\_\_\_\_, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança ou da execução judicial da dívida, se existentes.

Juína-MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**NOME DO CONTRIBUINTE**  
**CONTRIBUINTE/RESPONSÁVEL LEGAL**

**EDITAL Nº 001/2015**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0197/2013**  
**RECLAMANTE: TAICHI INA**  
**RECLAMADO: CARLOS MANSILHA**

Intime-se o RECLAMADO da decisão administrativa de fls. 08/13, cuja parte final segue transcrita:

**"DECIDE-SE pela aplicação da multa administrativa, referente à reclamada CARLOS MANSILHA arbitrada no valor de R\$ R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), cujo recolhimento deverá ser efetuado através do depósito em favor do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - JUÍNA, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante Documento de Arrecadação Municipal, com a juntada de comprovante de pagamento nos autos, para respectiva baixa, ou no prazo de 10 (dez) dias, apresentar recurso administrativo, com efeito suspensivo, a autoridade competente, nos termos que dispõe a Lei Municipal n. 922/2007,**

Na ausência do recurso ou após seu improvimento, caso o valor da multa não tenha sido pago no prazo de 30 (trinta) dias, será feita a inscrição do débito em dívida ativa pelo PROCON-JUÍNA, para posterior cobrança e atualização monetária nos termos do Código Tributário do Município de Juína-MT.

No estrito cumprimento legal, a reclamada CARLOS MANSILHA terá o seu nome lançado no Cadastro de Reclamações Fundamentadas Não Atendidas e disponibilizado para formulação do Cadastro, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, nos termos do art. 62 do Decreto Federal nº 2.181/97."

Juína, 18 de novembro de 2015.

**Janete Spessatto Vargas**  
Coordenadora Procon Municipal

**EDITAL Nº 002/2015**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/10/2014**  
**RECLAMANTE: MARLENE BERTI MUFATTO**  
**RECLAMADO: BRASIL CLUB S/C LTDA - ABRASF**

Intime-se o RECLAMADO da decisão administrativa de fls. 18/23, cuja parte final segue transcrita: